



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

OFÍCIO Nº 2281/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

A Sua Excelência o Senhor

Senador Rogério Carvalho

Primeiro-Secretário do Senado Federal

Senado Federal - Bloco 2 – Pavimento Térreo

CEP 70165-900 – Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Ofício nº 1500/2024 (SF) - Requerimento (REQ) nº 54/2024.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Ao cumprimentá-lo, cordialmente, faço referência ao Ofício em epígrafe, pelo qual V. Exa. encaminha a este Ministério cópia do Requerimento (REQ) nº 54/2024, de autoria da Comissão de Comunicação e Direito Digital, que requer "informação referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVO ALVORECER para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eldorado, Estado do Mato Grosso do Sul, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2019".
2. Em atendimento ao expediente referenciado, encaminho a Nota Informativa nº 56/2025/MCOM e Anexo, elaborada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica desta Pasta, que fornece informações e esclarecimentos pertinentes ao mencionado Requerimento de Informação.
3. Permaneço à disposição para os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 22/01/2025, às 20:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12198098** e o código CRC **14A5E780**.

Anexos:

- Nota Informativa nº 56/2025/MCOM (12173486);
- Anexo (12176724).



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Inovação, Regulamentação e Fiscalização

Coordenação-Geral de Inovação, Regulamentação e Sistemas

Assessoria da Coordenação-Geral de Inovação, Regulamentação e Sistemas

NOTA INFORMATIVA Nº 56/2025/MCOM

Nº do Processo: **53115.015423/2024-89**.

Documento de Referência: **Ofício Interno 58371 (12148951)**.

Interessado: **Comissão de Comunicação e Direito Digital do Senado Federal - CCDD**.

Assunto: **Requerimento de Informação (REQ) nº 54/2024 (12148938)**.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR), por meio do Ofício Interno nº 58371/2024/MCOM (12148951), encaminha o Requerimento de Informações (REQ) nº 54/2024 (12148938), para envio de subsídios à resposta ministerial.
2. Em síntese, por meio do REQ nº 54/2024, a CCDD do Senado Federal solicita informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Novo Alvorecer, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Eldorado/MS, mais precisamente a "**confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada a gerência, a administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais**" atualmente objeto do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 306, de 2019.

INFORMAÇÕES

3. A **Associação Comunitária Novo Alvorecer** foi autorizada a executar o serviço de **Radiodifusão Comunitária**, no Município de **Eldorado**, Estado do **Mato Grosso do Sul**, por meio da Portaria nº 302, de 21 de junho de 2000, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 387, de 2001, ambos publicados no Diário Oficial da União (DOU), respectivamente, de 30/06/2000 e de 28/09/2001. Em 25/05/2016, foi publicada no DOU, a Portaria nº 558, de 9 de maio de 2016, que renovou a outorga por mais dez anos, a partir de 28/09/2011. Em seguida, o processo de renovação nº 53000.057225/2011-65 foi enviado ao Congresso Nacional, para ratificação do ato praticado pelo Ministro.
4. A fim de prosseguir com a análise do pleito, o Senado Federal encaminha solicitação de informações quanto à regularidade da entidade, em relação ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que trata do estabelecimento ou manutenção de vínculos que subordine a entidade interessada a gerência, a administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
5. A esse respeito, ressalta-se que, no momento em que foi emitido a Nota Técnica nº 14746/2015/SEI-MC (12176724 - fls. 9 a 12), favorável à renovação da outorga, não havia qualquer

impedimento legal ou técnico que inviabilizasse o deferimento do pedido. Embora o Parecer Jurídico Referencial nº 475/2015/SEI-MC (12176724 - fls. 1 a 8), de 19 de junho de 2015, que estabelece as orientações para dispensa de análise jurídica individualizada e define a relação de documentos a serem conferidos pela área técnica, não exigisse a apresentação de comprovante de inexistência de vínculo como requisito para a renovação da outorga, havia a obrigatoriedade de apresentação de relatório de Processos de Apuração de Infração (PAI) instaurados no período da outorga.

6. Esse relatório visava identificar a existência de sanções definitivas que pudessem impedir a renovação, como, por exemplo, a aplicação definitiva da pena de revogação de autorização. Nessa hipótese, a renovação seria considerada inadmissível.

7. Assim, à época da análise, foi informado que haviam dois Processos de Apuração de Infração encerrados (12176724 - fl. 13), o processo nº 53000.023564/2009 e o processo nº 53000.002378/2012, ambos em relação à infração do Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

Art. 40. São puníveis com multa as seguintes infrações na operação das emissoras do RadCom:

[...]

XV - transmissão de propaganda ou publicidade comercial a qualquer título;

8. Em decorrência dessas irregularidades, foi aplicada à entidade, em 05 de maio de 2011, por meio da Portaria nº 137, de 04 de maio de 2011 (12176724 - fl. 17), uma sanção de multa no valor de R\$ 979,59, e no dia 31 de maio de 2013, por meio da Portaria nº 539, de 29 de maio de 2013 (12176724 - fl. 18), uma sanção de multa no valor de R\$ 279,88, conforme disposto no inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 1998.

9. Atualmente, os referidos Processos de Apuração de Infração encontram-se arquivados, tendo em vista a comprovação do pagamento da multa aplicada à entidade. Destaca-se, contudo, que as infrações apuradas não configuram motivos suficientes para a revogação da autorização, o que, portanto, não inviabilizaria o deferimento da renovação da outorga.

10. Embora não haja registro específico da confirmação da regularidade da entidade em relação ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, a análise do pedido de renovação ocorreu em conformidade com as orientações jurídicas vigentes à época, assegurando que não havia impedimentos que inviabilizassem o deferimento do pleito.

11. Informa-se, contudo, que, no âmbito desta Secretaria, foi identificado o Processo de Apuração de Infração nº 53115.002383/2024-13, instaurado em desfavor da entidade, cujo objeto é a apuração de manutenção de vínculo político, estando o referido processo atualmente em trâmite na área competente. Conforme apurado, constatou-se a seguinte configuração de vínculo político-partidário:

a) O Sr. Benedito Aparecido Valdevino, Presidente da entidade, ocupou o cargo de Membro do diretório do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no Município de Eldorado/MS, conforme certidão emitida pela Justiça Eleitoral, entre o período de 01/04/2019 a 31/08/2023, concomitante ao exercício do cargo diretivo.

12. No entanto, cabe esclarecer que esse PAI não é capaz de ensejar a revogação da autorização da entidade, além de tratar-se de uma infração identificada anos **após** o parecer favorável emitido por este Órgão.

13. Por fim, esta Secretaria espera que as informações prestadas tenham sido suficientes para sanar as dúvidas e permanece à disposição para quaisquer eventuais esclarecimentos e/ou questionamentos adicionais.

CONCLUSÃO

14. Com base nessas informações, e após a apreciação do Sr. Secretário de Comunicação Social Eletrônica, se de acordo, sugere-se o envio à **Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR**.

De acordo.

(assinado eletronicamente)

THIAGO AGUIAR SOARES

Diretor do Departamento de Inovação, Regulamentação e Fiscalização substituto



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Aguiar Soares, Diretor do Departamento de Inovação, Regulamentação e Fiscalização substituto**, em 14/01/2025, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Assessora Técnica**, em 14/01/2025, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Cristina Silva de Sousa Lacerda, Técnica de Nível Superior**, em 15/01/2025, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12173486** e o código CRC **88C01914**.

Minutas e Anexos

Anexo (12176724).



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo

nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a

entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das

Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.
19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a

ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			
--	-------------------	--	--	--

			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1		Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?			
2		Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3		Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4		Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5		Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6		Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7		Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8		Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9		Relatório de apuração de infrações.			
9.1		Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2		Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta

Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 14746/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.057225/2011-65**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Novo Alvorecer**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Eldorado / MS**, por meio da Portaria nº **302**, publicada no DOU de 30/06/2000, e Decreto Legislativo nº **387**, publicado no DOU de 28/09/2001.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 28/09/2011. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 28/11/2011, às fls. nº 04, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 462, de 14/10/2011, publicada no D.O.U. de 18/10/2011, que estendeu por 3 (três) meses, a partir da publicação da referida portaria, a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária.

REQUERENTE
Associação Comunitária Novo Alvorecer

QUADRO DIRETIVO
Presidente - Flávia Letícia Backes de Brito Jaquinta Vice-Presidente - Advanildo Domingos da Silva 1ª Tesoureira - Adriana de Souza da Costa Soares 2ª Tesoureira - Ivany Ferreira Valdevino 1º Secretário - Nivaldo José de Souza 2ª Secretária - Lúcia Laitarte Poloni

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, fls. 24 a 31 (Processo Digitalizado - Volume I)
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, fl. 127 (Processo Digitalizado - Volume I)

3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, fls. 128, 136, 143, 150, 157 e 163 (Processo Digitalizado - Volume I)
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, fl. 13 (Processo Digitalizado - Volume I)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, evento SEI nº 0598777
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, fls. 118 (Processo Digitalizado - Volume I)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, evento SEI nº 0016461

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 5** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057225/2011-65, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de

setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Novo Alvorecer, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Eldorado / MS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53700.001294/1998 e nº 53000.057225/2011-65, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Novo Alvorecer, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Eldorado / MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 08/07/2015, às 18:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 13/11/2015, às 09:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 07/12/2015, às 15:15, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 30/12/2015, às 17:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0598757** e o código CRC **11C34C7B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

DESPACHO

Processo nº: **53000.057225/2011-65**
Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVO ALVORECER**

Em atenção ao Memorando nº 2229/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.023564/2009	<ul style="list-style-type: none">PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (Protocolo SEI 0599142);Portaria nº 137, de 04/5/2011, publicada no Diário Oficial da União de 05/05/2011 - MULTA;Infração: (data de ocorrência: 12/05/2009) - Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 1998.
	53000.002378/2012	<ul style="list-style-type: none">PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (Protocolo SEI 0599142);Portaria nº 539, de 29/5/2013, publicada no Diário Oficial da União de 31/05/2013 - MULTA;Infração: (data de ocorrência: 04/1/2012) - Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 1998.

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 09/07/2015, às 10:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0598778** e o código CRC **785F9831**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo n.: 53000.057225/2011-65

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32, atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	X		Fl. 4 (Processo Digitalizado - evento SEI nº 0228606).
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	X		Fl. 13 (Processo Digitalizado - evento SEI nº 0228606).
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		Evento SEI nº 0598777.
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	X		Fl. 118 (Processo Digitalizado - evento SEI nº 0228606).

5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	X		Fls. 24 a 31 (Processo Digitalizado - evento SEI nº 0228606).
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	X		Ok, fl. 127 (Processo Digitalizado - evento SEI nº 0228606). Mandato até 08/09/2015.
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X		Fls. 128, 136, 143, 150, 157 e 163 (Processo Digitalizado - evento SEI nº 0228606)
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	X		Evento SEI nº 0016461.
9	Relatório de apuração de infrações	X		Despacho Interno CODEN 0598778 e evento SEI nº 0599142.
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		X	



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 13/11/2015, às 09:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0598780** e o código CRC **B06C156B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Nº 133 - Processo n.º 53000.025073/2009. Aplicar à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Porto Murinho, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Porto Murinho/MS, a pena de multa no valor de R\$ 979,59, por contrariar o disposto no inciso XV do artigo 40 Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 134 - Processo n.º 53000.031830/2009. Aplicar à Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Salto do Lontra/PR, a pena de multa no valor de R\$ 979,59, por contrariar o disposto no inciso XV do artigo 40 Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 135 - Processo n.º 53000.027510/2009. Aplicar à Associação Comunitária Vida Nova de Canarana, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Canarana/MT, a pena de multa no valor de R\$ 979,59, por contrariar o disposto no inciso XV do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 136 - Processo n.º 53000.042064/2009. Aplicar à Associação Cultural Artística e Social de Integração Comunitária de São Manuel, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de São Manuel/SP, a pena de multa no valor de R\$ 979,59, por contrariar o disposto no inciso XV do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 137 - Processo n.º 53000.023564/2009. Aplicar à Associação Comunitária Novo Alvorecer, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Eldorado/MS, a pena de multa no valor de R\$ 979,59, por contrariar o disposto no inciso XV do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 138 - Processo n.º 53000.023561/2009. Aplicar à Associação Comunitária Rádio Vale Azul FM de Itaquiraí-MS, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Itaquiraí/MS, a pena de multa no valor de R\$ 979,59, por contrariar o disposto no inciso XV do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 139 - Processo n.º 53000.021024/2009. Aplicar à Associação de Moradores da Comunidade de Nossa Senhora de Fátima, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Babaçulândia/TO, a pena de multa no valor de R\$ 979,59, por contrariar o disposto no inciso XV do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 140 - Processo n.º 53000.006596/2010. Aplicar à Fundação Antonio Dias de Lima, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Bonito de Santa Fé/PB, a pena de multa no valor de R\$ 979,59, por contrariar o disposto no inciso XV do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 141 - Processo n.º 53000.008169/2010. Aplicar à Associação Educacional e Cultural de São Gabriel da Palha, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de São Gabriel da Palha/ES, a pena de multa no valor de R\$ 1.197,28, por contrariar o disposto no inciso XV do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 142 - Processo n.º 53000.023563/2009. Aplicar à Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Taguarussu/MS, a pena de multa no valor de R\$ 1.197,28, por contrariar o disposto no inciso XV do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 143 - Processo n.º 53000.023562/2009. Aplicar à Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura de Anaurilândia, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Anaurilândia/MS, a pena de multa no valor de R\$ 1.197,28, por contrariar o disposto no inciso XV do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 144 - Processo n.º 53000.025579/2009. Aplicar à Sociedade de Assistência e Ocupação ao Menor, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Presidente Alves/SP, a pena de multa no valor de R\$ 1.197,28, por contrariar o disposto no inciso XV do artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 27, DE 4 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.041124/2010, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da RÁDIO OESTE LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão de Sonora em Frequência Modulada, no município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, utilizando o canal 208 (duzentos e oito), Classe C.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 28, DE 4 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.041125/2010, resolve:

Autorizar a RÁDIO OESTE LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, canal 208 (duzentos e oito), classe C, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no referido município, e aprovar seus locais de instalação.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 289, DE 3 DE MAIO DE 2011(*)

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 12, 18, 19 e 20 do Decreto n.º 5.163, de 30 de julho de 2004, e no art. 1º do Decreto n.º 6.353, de 16 de janeiro de 2008, resolve:

Art. 1º O inciso I do § 4º do art. 2º da Portaria MME nº 42, de 1º de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - para os empreendimentos de geração termelétrica acionados a gás natural, que não estejam enquadrados no Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT, o Pj será, para cada mês "j", dado por uma das seguintes opções, definida pelo empreendedor no momento do requerimento do Cadastramento junto à EPE:

a) pela cotação de fechamento (Final Settlement Price), no antepenúltimo dia útil do mês "j", nos Estados Unidos da América, referente ao contrato futuro de gás natural na NYMEX (Henry Hub Natural Gas Futures Contracts - NG1); ou

b) pela média mensal das médias das cotações superior e inferior dos dias úteis do mês "j", do petróleo Brent (Dated Brent), publicado no Platts Crude Oil Marketwire Report; ou

c) pela seguinte fórmula paramétrica:
(0,5F1+0,25F2+0,25F3)

sendo:
F1 = média mensal dos pontos médios diários das cotações superior e inferior do Produto Fuel Oil 3,5% Cargoes FOB Med Basis Italy, publicado no Platts Oilgram Price Report;

F2 = média mensal dos pontos médios diários das cotações superior e inferior do Produto designado na referida publicação por Fuel Oil Nº 6 Sulphur 1% US Gulf Coast Waterborne, publicado no Platts Oilgram Price Report;

F3 = média mensal dos pontos médios diários das cotações superior e inferior do Produto designado na referida publicação por Fuel Oil 1% Sulphur Cargoes FOB NWE, publicado no Platts Oilgram Price Report;" (NR)

Art. 2º O art. 3º da Portaria MME nº 113, de 1º de fevereiro de 2011, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"§ 4º Os empreendedores que pretendem propor a inclusão de projetos de geração a gás natural no Leilão A-3, de 2011, poderão, excepcionalmente, requerer o Cadastramento e a Habilitação Técnica até as 12 horas do dia 19 de maio de 2011.

§ 5º Os empreendedores com projetos de geração a gás natural que já efetuaram o Cadastramento para o Leilão A-3, de 2011, na data estabelecida no caput poderão apresentar, até as 12 horas do dia 19 de maio de 2011, retificação dos requerimentos, de acordo com as seguintes informações:

I - declaração do fator de conversão "i", estabelecido no art. 5º da Portaria MME nº 46, de 9 de março de 2007; e

II - declaração de inflexibilidade de geração de energia elétrica.

§ 6º Caso não seja apresentada a retificação dos requerimentos de cadastramento, de que trata o § 5º, serão ratificados todos os valores anteriormente apresentados." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 84, de 4-5-2011, Seção 1, pág. 57, com incorreção no original.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

Em 3 de maio de 2011

Nº 1.871 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo n.º 48500.001926/2010-98, resolve: (i) estabelecer, em caráter transitório, os parâmetros para celebração de contrato de uso do sistema de transmissão - CUST a ser firmado entre a Central Geradora Termelétrica de Fortaleza S/A - CGTF e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, observando que: (i.a) seja firmado um único CUST para tratar do uso da rede básica e da disponibilização do sistema Garabi - CIEN, a ser celebrado na modalidade importação/exportação, conforme art. 18 da Resolução Normativa nº

399/2010; (i.b) o período de contratação seja único, pelo prazo indicado pela CGTF, não aditável, excepcionando o prazo mínimo de 6 meses previsto na REN 399/2010; (i.c) o montante de uso do sistema de transmissão - MUST de exportação estabelecido a ser contratado pela CGTF seja único, para os horários de ponta e fora de ponta, e não aditável; (i.d) as garantias apresentadas sejam compatíveis, no prazo e valores, àquelas aceitas pelo ONS, tanto para o uso da rede básica quanto para a disponibilidade do sistema Garabi I e II da CIEN; (i.e) a não manutenção das garantias, informado pela CGTF ao ONS, implique execução das garantias e rescisão do CUST; (i.f) as regras estabelecidas para este contrato tenham vigência até o fim do prazo do contrato; (i.g) conste previsão de reajuste da tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST, e do adicional de tarifa de uso específico - ADTUE, a ocorrer em 1º de julho de 2011, conforme Portarias MME nº 210 e 211, de 4 de abril de 2011; (ii) estabelecer a fórmula de cálculo do ADTUE - de que trata o art. 3º, inciso XX, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, para as instalações de transmissão destinadas a interligação internacional do sistema Garabi I e II da seguinte forma: $ADTUE = K_{AD} \times RAP/12$, sendo: ADTUE - em reais por mês; K_{AD} - coeficiente temporal dado por: $K_{AD} = 2,5 - T/365$, limitado à 1,5 (um inteiro e cinco décimos), caso o período de contratação seja superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, e limitado à 2 (dois), caso o período de contratação seja inferior a 183 (cento e oitenta e três) dias; T - duração do período estabelecido no Contrato de Uso do Sistema de Transmissão CUST, a ser celebrado entre CGTF e o ONS, em dias; e RAP - receita anual permitida das instalações do Sistema Garabi-CIEN, conforme portarias MME nº 210 e 211, de 2011, em reais, ou seja, R\$ 248.753.484,42 (duzentos e quarenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), para o ciclo tarifário 2010-2011, que se encerra em 30 de junho de 2011; (ii.a) o ADTUE deverá ser aplicado por todos os dias do período contratado; (ii.b) no caso de compartilhamento das instalações equiparadas, o cálculo do ADTUE será proporcionalizado pelos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão - MUST contratados; (iii) O ONS fica autorizado a calcular o valor do ADTUE a partir da RAP estabelecida pela ANEEL para o ciclo tarifário vigente, que monta a R\$ 248.753.484,42 (duzentos e quarenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos) até junho de 2011, inclusive.

Em 4 de maio de 2011

Nº 1.897 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL nº 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta nos processos nºs 48500.000310/2005-15, 48500.000050/2005-98, 48500.002992/2003-58, 48500.000049/2005-17, 48500.002991/2003-95 e 48500.000309/2005-28, resolve não conceder o efeito suspensivo ao pedido de reconsideração interposto pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. em face do Despacho nº 1.387, de 29 de março de 2011, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

Nº 1.898 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto de 10 de março de 2009, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL nº 273, de 10 de julho de 2007, resolve conceder o efeito suspensivo requerido pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - ELETROBRÁS CGTEE, no Processo nº 48500.006088/2010-49, por se encontrar presente a possibilidade de lesão cuja reparação seja difícil ou incerta.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

Nº 1.915 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL nº 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta no processo nº 48500.001178/2008-29, resolve conceder efeito suspensivo à impugnação administrativa interposta pela empresa Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A. em face do Certificado de Descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta nº 011/2009, por se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 4 de maio de 2011

Nº 1.899 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN nº 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.001663/2011-06, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da UTE NG Bioenergia I e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 47.000 kW de potência instalada, com a finalidade de Produtor Independente de

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2012, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas às penalidades de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

ANEXO

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R\$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.042771/2012	ABRAQUA-Associação Brasileira de Qualificação de Ensino Pró-Rádio	RADCOM	São Paulo	SP	Multa	223,91	Inciso XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615	Portaria DEAA nº 538, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.002378/2012	Associação Comunitária Novo Alvorecer	RADCOM	Eldorado	MS	Multa	279,88	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 539, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.040503/2012	Associação Cultural Serra, Denominada ACS	RADCOM	Tangará da Serra	MT	Multa	342,08	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 540, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.025332/2012	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Florestópolis	RADCOM	Florestópolis	PR	Multa	1.028,10	Incisos XV e XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 541, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.048695/2012	Associação Comunitária Campina-verdense	RADCOM	Campina Verde	MG	Multa	273,66	Inciso XXIX do Art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 542, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.025041/2012	Associação Comunitária e Cultural Vale do Rio Grande	RADCOM	Colômbia	SP	Multa	1.028,10	Incisos XV e XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 543, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.038318/2012	Associação de Radiodifusão Comunitária Lagartense	RADCOM	Lagarto	SE	Multa	279,88	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 544, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.011761/2012	Associação Recreativa da Melhor Idade - ARMI	RADCOM	Serra dos Aimorés	MG	Multa	279,88	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 545, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.046551/2010	Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Aguas Belas	RADCOM	Águas Belas	PE	Multa	547,33	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e item 21.1 da Norma 01/2011	Portaria DEAA nº 546, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.014502/2012	Associação Comunitária Cultural e de Comunicação de São José de Ubá	RADCOM	São José de Ubá	RJ	Multa	279,88	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 547, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.038317/2012	Associação Comunitária Beneficente e Cultural Dona Joaquina de Pompeu	RADCOM	Pompeu	MG	Multa	342,08	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 548, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.068883/2010	Associação Comunitária Rádio Ondas Verdes FM	RADCOM	Tacuru	MS	Multa	223,91	Inciso XIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 c/c subitens 19.3 e 19.3.1 da Norma 01/2004	Portaria DEAA nº 549, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.010756/2012	Associação Rádio FM Comunitária Cidade Progresso	RADCOM	Pendências	RN	Multa	279,88	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 550, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.035180/2012	Scala FM Stereo de Curitiba Ltda	FM	Curitiba	PR	Multa	16.449,53	Alínea "h" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA nº 551, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.025328/2011	Fundação Nossa Senhora do Rócio	FM	Curitiba	PR	Multa	4.310,20	Item 21 do art. 122 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão	Portaria DEAA nº 552, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.045245/2011	Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens	TVE	Pindamonhangaba	SP	Multa	1.189,50	Alínea "d" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA nº 553, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.016169/2013	Ibirá Radiodifusão Ltda	FM	Ibirá	SP	Multa	1.645,71	Alínea "c" do item 12 do art. 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão	Portaria DEAA nº 554, de 29/5/2013	Portaria MC nº 858/2008 Portaria MC nº 112/2013
53000.011065/2012	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Rádio Millenium	RADCOM	Pereiras	SP	Multa	1.142,33	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615	Portaria DEAA nº 555, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.051484/2010	Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul	RADCOM	Jandaia do Sul	PR	Multa	342,08	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 556, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 858/2008
53000.029720/2012	Associação Rádio Comunitária de Taquari	RADCOM	Taquari	RS	Multa	571,16	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 557, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.053472/2010	Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Mirassol D'Oeste	RADCOM	Mirassol D'Oeste	MT	Multa	342,08	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 558, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 858/2008
53000.031383/2012	Associação Rádio Comunitária de Itapiranga	RADCOM	Itapiranga	SC	Multa	279,88	Inciso XV do Art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 559, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.021088/2012	Associação Cultural e Comunitária de Itapoá	RADCOM	Itapoá	SC	Multa	1.142,33	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 560, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.008720/2012	Fundação Ângelo Redivo	TVE	Araranguá	SC	Multa	1.119,53	Parágrafo único do art. 13 do Decreto-Lei nº 236/67	Portaria DEAA nº 561, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 858/2008
53000.030210/2012	Associação Ambientalista de Praia Seca	RADCOM	Araruama	RJ	Multa	1.028,10	Incisos XV e XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 562, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.013561/2012	Associação Comunitária e Cultural Porto União	RADCOM	Porto União	SC	Multa	1.142,33	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 563, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.018976/2012	Associação Cultural e Comunitária de Amigos - ACCA	RADCOM	Juína	MT	Multa	279,88	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 564, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.021348/2012	Associação de Radiodifusão Comunitária Voz Livre	RADCOM	São Ludgero	SC	Multa	571,16	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 565, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.047208/2012	Associação Comunitária de Jacaré dos Homens - ACJH	RADCOM	Jacaré dos Homens	AL	Multa	391,84	Inciso II do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 566, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 858/2008